EDITORIAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) abre esta nova edição com uma novidade, pois inaugura um novo formato para o volume 96, n. 01/2022: agora o tradicional Boletim recebe o nome de Revista do Observatório da Diversidade Cultural. Para celebrar este novo momento, a temática proposta é "Arte e decolonialidade".

A arte é um fenômeno social que envolve agentes e espaços de construção do saber, mediados por relações de poder que determinam quais epistemologias são válidas dentro dos sistemas das artes (SIMÕES, 2021, p.4). A mudança da família real portuguesa, em 1808, para o Brasil estabeleceu e oficializou práticas e instituições de artes e cultura, de educação e acadêmicas, além de universidades e currículos a partir de uma matriz de conhecimentos eurocêntrica, desconsiderando saberes, fazeres, histórias, culturas e artes dos povos originários e diaspóricos. Foi determinado, assim, um único sistema reconhecido, as artes europeias, focadas nas linguagens artísticas trazidas do além-mar e instituindo uma ideia de universalidade e hegemonia dos sistemas de artes. A difusão de uma arte branca, europeia, patriarcal, machista, racista e escravocrata garantiu a manutenção do poder simbólico, contribuindo de forma crucial com o projeto de embranquecimento da identidade nacional do país.

Contudo, essas culturas e sistemas de artes das margens, periféricas, indígenas, quilombolas, negras, feministas, LGBTQIA+, chamadas de minorias políticas e sociais (fora do circuito hegemônico), permaneceram resilientes e se mantiveram em pé diante dos processos de apropriação cultural e de apagamento de suas memórias e existências simbólicas. Além de preservarem tradições e cosmologias, também se afetaram, hibridizaram, expandiram expressões, criaram sistemas próprios de artes e, sem dúvida, plasmaram e interseccionaram as fronteiras entre o erudito e o popular, os lugares de fala, os territórios, as classes sociais, os gêneros, as raças e etnias. Assim, construíram narrativas contra-hegemônicas ao sistema elitista das artes e da produção de saberes culturais, que podem ser denominadas como uma perspectiva decolonial que, fora do

circuito hegemônico, busca resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos territórios e identidades.

Nas artes brasileiras, o pensamento decolonial tem ajudado a contextualizar a complexidade dos sistemas simbólicos que definem as engrenagens sociais, as quais são disputadas pelo poder social e econômico, sendo as artes peças-chave na manutenção de hegemonias e negociações simbólicas (SIMÕES, 2021, p.4).

No contexto curatorial, o legado colonial tem ocupado o debate ao colocar ou re-contextualizar os problemas históricos e sociais oprimidos e silenciados e também ao questionar a falta de representatividade de grupos e identidades, ocupando lugares de criação, pesquisa e curadoria nas diversas linguagens das artes.

As forças criativas dessas expressões têm ocupado espaços hegemônicos de legitimação importantes nos circuitos das artes, como a Bienal de Artes de São Paulo (2021) e o Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo e da Bahia, o Museu Indígena para além de outros espaços institucionais.

Esta edição busca reunir trabalhos que reflitam sobre os diferentes aspectos e dimensões da relação entre as artes e a decolonialidade, envolvendo reflexões acerca das memórias, da diversidade cultural, dos processos identitários e das relações de poder, da criação artística, do acesso aos meios de criação, produção e difusão, do reconhecimento de práticas e artistas nos circuitos das artes e/ou pelas políticas públicas para artes, dentre outros caminhos.

REFERÊNCIAS

SIMÕES, Alessandra. **A hora e a vez do “decolonialismo” na arte brasileira.** Revista Visuais. Revista do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da UNICAMP. no 12, v. 7. 2021.